

## REFLEXÕES SOBRE OS CAMINHOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ABRIGOS

Ludmilla López Lessa  
Jaqueline Souza Parisoto  
Patrícia Teixeira de Andrade  
Profa. Dra. Vânia Conselheiro Sequeira  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Resumo:** O presente artigo faz uma reflexão acerca da atuação profissional em abrigos, uma vez que o trabalho em tais instituições é diretamente atravessado por questões de violência e maus-tratos. Infelizmente encontramos em abrigos alguns profissionais despreparados para trabalhar com crianças vítimas de violência. É função do abrigo oferecer um ambiente seguro e acolhedor para as crianças que passaram por tais situações. O artigo discute esses aspectos a partir dos frutos da observação do trabalho de profissionais em um abrigo durante o estágio de Psicologia Jurídica, com o objetivo de contribuir para a compreensão da função do abrigo como um lugar promotor do desenvolvimento emocional da criança.

**Palavras-chave:** abrigo, maus-tratos e abuso.

## REFLECTIONS ON THE WAYS OF PROFESSIONAL PERFORMANCE IN SHELTERS

**Abstract:** The present article makes a reflection concerning the professional performance in shelters, in function of the work in such institutions is crossed directly by violence subjects and ill-treatments. Unhappily we found in shelters professionals unprepared to work with children violence victims. It is function of the shelter to offer a safe and homelike atmosphere for the children that went by such situations. Those points were discussed starting from the fruits of the observation of some professionals' of a shelter work during the trainee work in Juridical Psychology with the objective of contribute to

a comprehension of the shelter function as a place of emotional development of the child.

**Keywords:** children's shelter, maltreatments and abuse.

## **Introdução**

Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão acerca da função do abrigo para a promoção do desenvolvimento infanto-juvenil, bem como promover uma discussão sobre a violência que as crianças abrigadas sofrem. Tal tema foi escolhido a partir das situações vivenciadas pelas estagiárias em diversos abrigos, durante estágio supervisionado em Psicologia Jurídica, assim como pela leitura de bibliografia relacionada com o tema.

Durante um semestre, realizou-se observação da dinâmica de funcionamento de alguns abrigos para crianças e adolescentes e entrevistas com as famílias de algumas dessas crianças abrigadas. A ocorrência mais freqüente nessas instituições era de casos de crianças com histórico de abuso sexual e maus-tratos.

O objetivo que se colocou para o estágio foi compreender a dinâmica das relações dentro dos abrigos e propor intervenções a partir do diagnóstico inicial. Foi fundamental propor intervenções que levassem em consideração acima de tudo a violência pela qual as crianças abrigadas passavam.

## **Discussão**

Iniciamos o relato da experiência com conceitos que permitem a compreensão dos temas abuso sexual e maus-tratos em crianças.

Estudos como o de Cariola (1995) sugerem que a problemática do abuso sexual e dos maus-tratos está associada a diferentes fatores, não havendo uma única explicação específica. É possível destacar algumas referências.

Straus e Smith (1995) realizaram uma pesquisa com 8.145 famílias, cujos resultados indicaram que muitos pais que abusam

sexualmente dos filhos, apresentam dificuldades em sua vida sexual. Outra descoberta desta pesquisa é que existe uma reedição da violência, ou seja, os pais que sofreram violência quando crianças apresentavam o mesmo comportamento com seus filhos, numa proporção duas vezes maior do que aqueles pais que não sofreram violência. Vale considerar que também existem pais que sofreram violência na infância e não a reproduziram na relação com seus filhos. Essas questões levam-nos a refletir, de um lado, sobre o fato das diferenças culturais, sociais e pessoais influenciarem na construção de significados distintos de uma mesma situação. Por outro lado, o indivíduo e sua família podem ser capazes de administrar as suas vivências violentas, passar por outras vivências que favoreçam a resiliência e adotar comportamentos que a superem. Neste sentido, Bittencourt (1995) reflete que “deve-se considerar que as pessoas dispõem de potencial para se reorganizar e incorporar as experiências traumáticas” (p. 424).

Não é possível generalizar os efeitos do abuso sexual para todas as crianças, pois a gravidade das conseqüências depende da singularidade da experiência de cada. Entretanto, segundo Amazarray e Koller (1998) podem ser estabelecidas determinadas conseqüências muito comuns em vítimas de abuso, como a ansiedade e o comportamento sexual inadequado. Mesmo que uma criança vítima de abuso não apresente sintomas, isso não quer dizer que ela não sofra; ela pode apresentar um sofrimento emocional muito intenso e, além disso, suas conseqüências podem ainda estar latentes e talvez se manifestem posteriormente. Por isso Cariola (1995) considera que uma criança que sofreu abuso sexual deve ser considerada uma criança em situação de risco.

De acordo com o Ministério da Saúde (1999), existem características que podem ser notadas nessas crianças ou jovens vitimizados: são comportamentos regredidos para sua idade, predominância de sentimentos de insegurança, inadequação

associados à depressão e apatia, rebaixamento de auto-estima e grande índice de carência afetiva e isolamento.

Por outro lado, algumas crianças amadurecem precocemente e podem tornar-se resilientes. Segundo Grotberg (2005), resiliência é “a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidade” (p. 16), ou seja, tais crianças conseguem lidar afetivamente com o estresse, pressão, desafios, adversidades ou traumas, aprendendo a desenvolver metas realistas para si. O conceito de resiliência explica como algumas crianças podem lidar com grandes obstáculos e dificuldades na vida, enquanto outras acabam por torna-se vítimas.

Na análise das instituições onde realizamos o estágio, os abrigos infantis, nossa principal questão foi verificar como eram tratadas as crianças com histórias marcadas pela violência, o que pensavam e como atuavam os adultos com os quais elas tinham contato a partir do abrigamento.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no parágrafo único do art. 101, “o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (ELIAS, 1994, p. 79). Destaca-se que, do ponto de vista das leis, o ECA prioriza a proteção integral à criança.

Muitas vezes encontramos abrigos com uma ordem implícita de que este seja o substituto da família, porque cotidianamente o que essas instituições fazem é quebrar os laços, já fragilizados, entre as crianças e suas famílias. Claro que isto acontece de forma sutil, por meio de atitudes de desprezo com os familiares durante as visitas na instituição, por meio de falas que depreciam para as crianças os seus genitores, e também pela falta de trabalho com as famílias, embora o ECA preveja que o abrigo deva realizar intervenções que fortaleçam a família para que ela possa retomar a responsabilidade para com seus membros.

Utilizando-se de concepção que embasa o ECA, destaca-se que a função social do abrigo é permeada pela possibilidade de fornecer um espaço, e também um tempo, para a família se organizar, repensar, e poder reintegrar-se de uma maneira que seja facilitadora do desenvolvimento de seus membros.

Acrescenta-se que o abrigo é uma medida que o juizado utiliza para manter a criança segura, visto que sua família de origem não conseguiu, naquele momento, fornecer os cuidados necessários para o melhor desenvolvimento físico, psíquico e social deste indivíduo. Portanto o abrigo também precisa ser um lugar não violento.

Em relação a esse aspecto pudemos observar, em diferentes instituições, que as crianças passavam por situações violentas também no abrigo, não propriamente situações de violência física (embora isto também ocorra algumas vezes), mas situações cotidianas cheias de atitudes, relações e falas com conteúdos que caracterizam a violência psicológica: abuso de poder e autoridade, humilhação, depreciação, constrangimento, entre outros.

Acreditamos que as instituições devam promover o desenvolvimento e preparar as crianças e adolescentes para o retorno ao convívio familiar, e pudemos observar que essa não é uma realidade encontrada em todos os abrigos. Para ilustrar, tivemos conhecimento, em uma das instituições de abrigamento visitadas, de um caso que envolvia a adolescente E., 15 anos, abusada pelo pai, alcoólatra, quando tinha sete anos de idade. Havia relato no prontuário da criança de que os pais trabalhavam com prostituição. A mãe descobriu que houve um abuso por parte do pai da criança e separou-se do esposo. Contudo, passou a deixar a filha por longos períodos sozinha em casa. Depois de abrigada, a menina costumava passar os finais de semana com a genitora, e um dia uma instituição autorizou que permanecesse com o pai. Segundo as informações de seu prontuário, nesse dia seu pai ofereceu-lhe bebida alcoólica, e quando a menina despertou, no dia seguinte, estava com as calças

abaixadas e não se lembrava de nada. A jovem optou por não oferecer maiores informações a respeito do ocorrido, pois temia prejudicar o genitor. Mesmo com a repetição do abuso, o pai passou a solicitar novas visitas, porém a menina se recusou a vê-lo. A assistente social da instituição explicou que por E. já ter 15 anos seria desabrigada rapidamente, porque pelas regras do abrigo, só poderiam ficar no local jovens com até 16 anos. Por ocasião do estágio, sua avó estaria disposta a obter sua guarda, mas a jovem recusava-se a ir residir com ela, alegando que senhora era extremamente rígida. De acordo com o que foi explicado pela assistente social, E. apresentava comportamentos sexualizados, como a preferência por roupas curtas e provocantes, excessivo uso de maquiagem e interesse por homens mais velhos. Devido a grande pressão pelo desabrigamento, a assistente social disse que *"iria devolver a guarda da menina aos pais"* (SIC), mesmo tendo o conhecimento de que a mãe voltou para o ramo da prostituição e também a morar com o marido, e que *"os pais iriam usar a jovem para faturarem em cima dela"* (SIC).

A partir desse relato, observa-se o quanto os profissionais dos abrigos não possuem clareza do verdadeiro papel da instituição. A primeira coisa que deveria ser deixada clara é que o abrigo é uma medida provisória, de proteção, portanto a criança não poderia ter sido colocada em nova situação de risco e novos abusos. Segundo, que ele não é um substituto da instituição familiar. Terceiro, que seus objetivos estão ligados diretamente com o desenvolvimento bio-psico-social do abrigado, e não só com a satisfação das necessidades básicas. Logo, não cabe aos profissionais que estão em contato com essas crianças julgarem o funcionamento de suas famílias, mas sim encontrar e apontar meios para que essa relação (família-criança) possa ser mais saudável.

Outro ponto a ser discutido é a compreensão de que lidar com a violência intrafamiliar, principalmente o abuso, não começa com a

família ou a vítima, mas com a própria atitude da equipe em relação ao abuso da criança, como já foi mencionado. Uma das principais dificuldades encontradas nessas instituições estava relacionada com a comunicação: os profissionais acreditavam que a criança já sofrera demais, e falar sobre o trauma seria desconfortante. Em um dos abrigos onde o estágio foi desenvolvido ouvimos relatos de educadores que diziam que preferiam “*deixar que a criança procure, sem pressioná-la*” (SIC). Tal fala caminhou na contramão da idéia de que o abrigo deve propiciar ou promover um espaço para a criança elaborar a situação vivenciada. A criança precisa de um ponto fixo, de uma base segura, de um modelo favorável para formar futuros relacionamentos. O que queremos dizer é que no abrigo a criança deveria ter a possibilidade de contar sua história, ouvi-la e dividi-la com outras pessoas, uma vez que é desta maneira que ela poderia resignificar os acontecimentos. Muitas são as coisas pelas quais a criança passa, algumas podem ser pouco valorizadas, contudo outras devem fazer parte da vida desta criança, já que é a partir de tais situações que ela vai se constituir como sujeito.

## **Conclusão**

Acreditamos que falta um trabalho que estimule tanto diretores de abrigos quanto educadores, que convivem diariamente com essas crianças, para que eles resignifiquem o seu papel diante da realidade com a qual trabalham, e percebam que o abrigo não é só um lugar no qual o juiz escolhe para manter a criança ou adolescente afastado de sua família, mas sim, como um espaço onde a criança tenha a possibilidade de reorganizar e compreender os acontecimentos para posteriormente poder voltar ao seio familiar. Essa idéia originou a proposta de atuação junto aos educadores no sentido de uma sensibilização maior sobre a importância de se criar neles uma referência afetiva para as crianças.

Além dessa idéia acima apresentada, é preciso ter em mente que o que realmente interessa é abrandar o sofrimento de um ser humano ou mesmo evitar que tal violência continue se perpetuando. O importante é não ficar de braços cruzados diante destes quadros de violência extrema, como se pode observar no abrigo em questão. Como intervir nessas situações? A indicação terapêutica mais adequada, segundo Araújo (2002), para os casos de abuso sexual infantil intrafamiliar é a terapia do grupo familiar, envolvendo todos os membros da família, principalmente o agressor. A dificuldade está em transformar essa indicação em demanda. O trabalho começa com a discussão do problema — denúncia ou suspeita do abuso — e suas implicações na dinâmica familiar. Explicita-se que o problema não é apenas da criança vitimada, mas de todos eles, e como tal, precisa ser pensado e trabalhado em conjunto. Esta tarefa implica redefinir papéis, funções e responsabilidades de cada um, rompendo a cumplicidade silenciosa e restabelecendo a rede de comunicação. Isso possibilita uma contenção da ansiedade e desbloqueio da espontaneidade para que o grupo possa desenvolver uma “adaptação ativa” à realidade.

Por fim, nota-se que este trabalho não é só uma demanda por parte das crianças e adolescentes, mas sim também por parte dos educadores que estão em contato diário com estas, que muitas vezes parecem perdidos e inseguros com relação às suas ações. Isso porque de nada adianta a criança ter a presença de um adulto quando este não compreende que tem um papel de referência na vida destes pequenos indivíduos. Faz-se necessário um trabalho de conscientização e sensibilização com estes profissionais que de certa forma são os maiores referenciais para o desenvolvimento e formação da personalidade dessas crianças abrigadas. Acreditamos que não basta ao educador compreender a sua função, por meio de um curso ou treinamento de curta duração, mas é preciso internalizar esta função, atribuindo-lhe real importância.



## Referências Bibliográficas

---

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, 1998.

ARAÚJO, M. de F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.

BITTENCOURT, C. B. F. Violência sexual contra crianças: Implicações psicológicas. **Pediatria Moderna**, v. 31, p. 420-424, 1995.

CARIOLA, T. C. A posição da criança vítima de maus-tratos na constelação familiar. **Pediatria Moderna**, v. 31, p. 158-162, 1995.

ELIAS, J. R. **Comentários a Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 1994.

GROTBERG, E. H. Introdução: novas tendências em resiliência. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. et al. **Resiliência – descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 15-22.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Violência intrafamiliar. In: **Cadernos de Atenção Básica**: orientação para prática e serviços, 1999.

STRAUS, M. A.; SMITH, C. Famílias Parentais e Abuso de Crianças. In: \_\_\_\_\_. **Physical violence in american families: risk factors and adaptations to violence in 8145 families**. New Brunswick: Transaction Publisher, 1995.

### **Contatos:**

Ludmilla López Lessa

e-mail: [millalopez@yahoo.com.br](mailto:millalopez@yahoo.com.br)

Jaqueline Souza Parisoto

e-mail: [jaques.par@uol.com.br](mailto:jaques.par@uol.com.br)

Patricia Teixeira de Andrade

e-mail: [paty.pepety@gmail.com](mailto:paty.pepety@gmail.com)

**Tramitação:**

**Recebido em: maio de 2006**

**Aceito em: agosto de 2006**